

Caminhos e descaminhos da ciência social: de quem e para quem é a ciência?

Pedro de Almeida Costa

Mestre em administração e doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Centro Universitário Feevale e membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos do Terceiro Setor (NIPETS), vinculado ao PPGA/UFRGS. E-mail: pedrocosta@feevale.br.

Resumo

Este artigo procura fazer algumas reflexões a respeito da criação de conhecimento em ciências sociais, e em especial para o campo de estudos organizacionais, problematizando as relações do pesquisador com os agrupamentos sociais pesquisados, com a própria metodologia de pesquisa e por fim o papel que o conhecimento produzido pela pesquisa social tem na própria sociedade e nos seus sujeitos – aí incluído o próprio pesquisador. O conhecimento de que trata este trabalho é o conhecimento *científico*, que, portanto, vai exigir uma definição. A seguir, de posse do conceito de conhecimento científico, vai se procurar particularizar esse conhecimento para o campo das ciências sociais e a partir daí refletir sobre as singularidades epistemológicas e metodológicas desse campo. O objetivo dessas reflexões é criar um alicerce teórico ou um quadro de análise para pesquisas futuras que sinalizem, ao mesmo tempo, um referencial para a ação do pesquisador em campo e para a avaliação de resultados de pesquisa.

Palavras-chave: epistemologia, ciências sociais, estudos organizacionais.

Abstract

The present paper aims to debate the knowledge creation generally on social sciences, although focusing on organizational studies, by trying to bring up methodological and epistemological problems of social sciences research. It starts from discussing *science* itself and then scientific knowledge, in order to open up a path by which it becomes possible to understand methodological and epistemological singularities of social sciences, especially in the field

of organizational studies. The goal of such reflections is to create an analytical framework through which future researches in social sciences could be better structured to avoid methodological and epistemological vices, as well to help up researchers on its evaluations.

Key-words: epistemology, social sciences, organizational studies.

Os simples têm uma coisa a mais que os doutores, que freqüentemente se perdem em busca de leis demasiado gerais. Eles têm a intuição do individual. Mas essa intuição, sozinha, não basta. Os simples percebem uma verdade própria, talvez mais verdadeira do que aquelas dos doutores da igreja, mas depois a consomem em gestos irrefletidos. O que é preciso fazer? Dar a ciência aos simples? Muito fácil, ou muito difícil. E depois qual ciência? Aquela da biblioteca de Abbone? Os mestres franciscanos levantaram o problema. O grande Bonaventura dizia que os sábios devem conduzir à clareza conceitual a verdade implícita presente nos gestos dos simples. (ECO, 2003)

Introdução: o que é ciência?

Uma indagação permanente é tentar definir o que é ciência, diferenciando-a do senso comum e da ideologia (DEMO, 2000). Embora senso comum seja uma expressão que “não foi inventada pelas pessoas de senso comum” (ALVES, 1996, p.11), ela ajuda a definir, por exclusão, o conhecimento científico, como sendo aquele conhecimento que não foi produzido por “pessoas de senso comum”, mas antes produzida *através* de um método específico de interpretação da realidade, que será mais explorado adiante. Ainda por exclusão, ciência não é ideologia, na medida em que esta última é uma justificativa, uma tomada de posição política ou

um juízo de valor perante um evento. E está ligada à questão do poder, na medida em que ela serve para sustentar uma posição social daquele que a profere.

Desse conjunto de eliminações, parece que estamos falando de alguma coisa que é definida a partir do seu objeto de pesquisa e da forma, tanto técnica quanto política, como se aborda esse objeto. Todas essas preocupações precisam ser melhor estudadas.

O desejo de conhecimento científico representa na história da humanidade uma inversão de valores. Dos doutos conhecimentos guardados a sete chaves pela Igreja e sustentados por argumentos de caráter teológico – que a ciência hoje chama de místicos – experimenta-se a partir do nominalismo da Idade Média e, especialmente com o Iluminismo, um conceito de verdade que passa a pautar-se pela prova material ou abstrata assentada na razão e não mais na mística.

A notável novela de Umberto Eco – *O Nome da Rosa* – retrata alegoricamente o começo dessa inversão. Note-se pela exposição de uma personagem, transcrita no começo desse ensaio, que os laicos eram tidos como indignos depositários do conhecimento que justificava a verdade, assim como acontece com os cientistas que reputam as pessoas comuns a terem posições não-científicas, numa definição tão etnocêntrica quanto a de um inquisidor.

Como decorrência dessa construção humana e histórica, a ciência hoje goza de um status de superioridade e distinção social que implica em “algum tipo de mérito ou um tipo especial de confiabilidade” (CHALMERS, 1993, p.17). Talvez a razão tenha métodos de reprodução e proteção desse lugar de destaque que sejam bem diferentes daqueles de que dispunha o inquisidor, mas não deixa de exercer uma violência simbólica (BOURDIEU, 1998) que implica em dominação ou em tentativa de dominação.

Se o critério da verdade está quase sempre sustentado pela *autoridade* (TRIVIÑOS, 1987) e a autoridade do cientista é reconhecida inclusive pelas “pessoas de senso comum”, o que nos remete a um sentido weberiano de dominação aceita e legitimada pelo dominado, eis que nós – cientistas – seremos os primeiros a sermos indagados sobre o que é ciência.

Ou seja, uma definição clara de ciência só pode ser encontrada entre os cientistas. Uma pessoa do “senso comum” ou um ideólogo não consegue definir o que é ciência e conhecimento científico. Apenas o cientista tem credibilidade para falar de ciência, erguido quase que a uma posição acima do bem e do mal, e ele, portanto, distingue-se por negação em relação aos não-cientistas e estipula o seu território de ação a partir de critérios formais e políticos de demarcação científica.

Como critérios formais do conhecimento científico, Demo (2000) aponta: *a coerência*, como um critério formal de ciência, um encadeamento lógico e consistente das idéias; *a sistematicidade*, que confere uma organicidade entre os conceitos trabalhados, ainda que não esgote o assunto; *a consistência*, baseada na capacidade de argumentação do trabalho, inclusive perante uma argumentação contrária, característica visivelmente imbricada com as duas anteriores; *a originalidade*, onde se sugere que se saia do marasmo das eternas “revisões” para a construção de conhecimentos, ou, ao menos, em uma reinterpretação original e acurada de conceitos conhecidos, ou ainda de generalizações analíticas consistentes; *a objetivação*, um esforço sempre incompleto de tratar a realidade como ela é, a tentativa de aproximação do investigador do seu objeto, porém sem os vícios positivistas e empiristas; e por fim a *discutibilidade*, ou seja, o caráter provisório e efêmero do conhecimento.

Como critérios políticos para demarcar o conhecimento científico, ainda nos apoiamos em Demo (2000), que aponta: *a intersubjetividade*, como a capacidade de estabelecer diálogo com outros pesquisadores e outras pesquisas; *a autoridade por mérito*, que significa o reconhecimento do conhecimento a partir das qualificações do autor ou da instituição a partir da qual ele difunde esse conhecimento; *a relevância social*, que avalia as implicações do trabalho dentro da sociedade; e *a ética*, que define o uso e a finalidade da ciência.

Uma outra possibilidade de definição de ciência não diz respeito, exatamente, ao território demarcado para a sua atuação, mas do domínio de determinadas técnicas de trabalho que permitem ao cientista aproximar-se *cientificamente* do seu objeto. Assim é que os mecanismos heurísticos indutivos ou dedutivos, embasados na lógica, definem algumas características presunçosamente auto-atribuídas pela ciência: generalizações dos conhecimentos obtidos através da observação de fenômenos particulares ou entendimento do fenômeno particular a partir do conhecimento das leis gerais, respectivamente.

Por fim, há a possibilidade de abordagem da ciência pelo seu objeto, que preside tanto a ciência em si quanto o seu método de investigação. Ou como escreve Milton Santos a respeito da geografia, “discorrer, ainda que exaustivamente, sobre uma disciplina, não substitui o essencial, que é a discussão sobre o seu objeto. Na realidade, o *corpus* de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário” (SANTOS, 2002, p.18-19)

De qualquer modo, a ciência só faz sentido em relação ao que não é ciência, seja em relação ao seu método de trabalho, à caracterização do seu objeto de estudo ou ao papel que o conhecimento que ela é capaz de gerar tem no mundo. E isso não caracteriza, entretanto, uma fraqueza ou uma fragilidade conceitual. Haveria a mesma dificuldade para definir conhecimento não-científico, ou seja: diríamos que é um tipo de conhecimento que não tem um método adequado de abordagem dos problemas, não consegue explicar toda a classe de fenômenos semelhantes, e assim por diante.

Ciências sociais

Assumido esse conceito (relacional) de ciência, fica mais evidente identificar as ciências sociais, identificadas como esse corpo de conhecimento que, ao mesmo tempo, reúne essas características, igualmente relacionais, bem como diz respeito ao conhecimento dos fenômenos sociais, seu objeto de estudo. Recorrendo à mesma ferramenta heurística da exclusão, a ciência social pode ser definida como aquela em que o seu objeto de pesquisa e estudo sejam os indivíduos e as organizações tomados dentro da vida social, ou seja, dentro de relações com outros indivíduos ou outras organizações, em oposição ao conceito de ciência "natural", cujo objeto de estudo e pesquisa é a natureza.

É necessário, entretanto, refinar o entendimento desse objeto da ciência social, que pode variar desde o *fato social*, numa perspectiva objetivista *durkheimiana*, capaz de influenciar e moldar o comportamento humano, até o conceito de campo social de Bourdieu, entendido "como configuração da distribuição desigual de diferentes tipos de capital (formas de poder)" (MISOCZKY, 2003, p.9), dentro do qual só faz sentido o estudo das posições relacionais dos indivíduos em função dos seus acúmulos de capital econômico e simbólico.

Para fugir da visão ingênua do cientista acima do bem e do mal, investido de *autoridade* suprema e dotado, no sentido do *dom*, de uma neutralidade angelical, neste trabalho vamos situar o nosso objeto, por conta do seu objetivo de problematizar a produção de conhecimento em ciências sociais, mais próximo do entendimento de campo social de Bourdieu: "o espaço social é a realidade primeira e última, já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele" (BOURDIEU, 1996, p.27).

A assunção dessa abordagem das ciências sociais vai ter implicações metodológicas e

epistemológicas que também devem ser problematizadas, e de fato o serão nas seções seguintes.

Questões metodológicas em ciências sociais

Uma primeira implicação em se assumir o objeto das ciências sociais como o campo social onde acontecem as relações entre os diferentes acúmulos de capital/poder dos indivíduos é o reconhecimento da sujeição do pesquisador à influência que ele sofre do campo, na medida em que é igualmente parte dele. Uma segunda implicação é de que o pesquisador também possui um determinado acúmulo de capital econômico e simbólico e, conseqüentemente, está posicionado em relação a outros sujeitos sociais dentro desse campo. Dentre esses outros sujeitos sociais se encontram os sujeitos da sua pesquisa – que na ciência natural seriam chamados de objeto.

Dado o alto acúmulo de capital simbólico de que dispõe o cientista social, a sua relação com os sujeitos da sua pesquisa não é mais uma relação neutra, assim como não é neutra a relação do Estado com os cidadãos em um sistema representativo, pois quem ocupa ocasionalmente o espaço de comando da relação Estado-cidadão é um cidadão. A comparação pode ser grosseira na medida em que o estadista é conduzido à sua posição por um aparato normativo – democrático ou arbitrário - reconhecido pelo conjunto da sociedade, enquanto a posição (relacional) privilegiada do cientista é legitimada por sua titulação, seu pertencimento institucional e pelo reconhecimento da sua obra, ou em uma única expressão, pelo seu capital simbólico. O ponto de comparação reside especificamente na impossibilidade do cientista estar isento de um posicionamento ideológico em relação ao campo em que atua, não só como dominante, mas também como dominado.

A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes ('a classe dominante') investidos de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros (BOURDIEU, 1996, p.52).

Talvez seja por isso que Demo (2000) fala que o conhecimento em ciências sociais seja intrinsecamente ideológico, pois a sua produção ocorre dentro e a partir do seu campo e produção, campo que só se justifica como espaço de relação de capitais/

poderes distintos entre si.

Tudo isso leva, necessariamente, ao que dentro de um paradigma positivista seria chamado de um indesejado *viés* da pesquisa. Em vez de se concentrar na explicação de causa-e-efeito entre fenômenos sociais, como postulado por Comte (*apud* TRIVIÑOS, 1987), o pesquisador em ciências sociais, ao usar essas formulações de Bourdieu se concentra nas relações e reconhece os agentes do campo – inclusive o pesquisador – não mais como agentes passivos, mas antes como protagonistas do próprio processo, uma vez que até os mecanismos de percepção disponíveis à ciência têm gênese social (MISOCZKY, 2003).

Embora os livros sobre pesquisa social insistam em cuidados metodológicos como *objetivação* (DEMO, 1995), *objetividade* (GIL, 1999) ou *disciplina* (THIOLLENT, 1986), entre outros termos, para designar uma série de precauções e cuidados metodológicos que não descaracterizem a cientificidade do conhecimento produzido, é relevante ter em conta que o seu campo de produção não está livre de conflitos e pressões e que essas “turbulências”, antes de desmerecerem o trabalho, devem ser tomadas como uma singularidade do processo de produção de conhecimento em ciências sociais.

Aceitas as particularidades metodológicas da ciência social em relação às ciências naturais, há que se discutir a abordagem adequada para a apreensão da realidade do campo social. Enquanto as ferramentas quantitativas são extremamente úteis para levantamentos de cunho estatístico, elas se mostram inadequadas para o conhecimento da realidade do campo social na forma como ele está sendo visto neste trabalho. O *quantum* de capital econômico e simbólico que os atores ou agentes sociais dispõem, e que, em última análise, os posiciona perante e em relação aos demais atores ou agentes, não apresenta uma mensurabilidade objetiva que possa ser captada pelos mecanismos de abordagem quantitativa. A sua mensurabilidade é relacional e está na distância que ele mantém dos demais atores com que interage nesse campo.

Técnicas que visem à operacionalização de variáveis também deixam de fazer sentido no campo social, dado que as relações cruzadas e multidirecionais entre os agentes não são manipuláveis a ponto de testar hipóteses *apriorísticas* sobre os comportamentos. Considerando ainda que as disposições desses agentes para agir dentro de relações de poder, uma quase-postura que caracteriza o seu *habitus* (BOURDIEU, 1998) são extremamente

particulares e, ao mesmo tempo, são resultado do conjunto complexo dessas interações vivenciadas no campo, estabelecer co-relações matemáticas entre os posicionamentos e atitudes se revela praticamente impossível.

Partindo-se das implicações que Misoczky (2003, p.24) identifica para o uso das formulações de Bourdieu nos estudos organizacionais, fica evidente que é uma abordagem qualitativa que consegue dar conta da complexidade metodológica dentro desse paradigma de estudo, pois a complexidade dos relacionamentos que se apresentam no campo social exige uma interpretação ao mesmo tempo subjetiva, ou seja, uma interpretação a partir do sujeito-pesquisador, a partir do seu *habitus*, e objetiva, uma vez que é feita a partir dos seus acúmulos de capital/poder, a partir do seu espaço dentro do campo.

É a análise operada pelo pesquisador que revela o fenômeno social. É bem verdade que técnicas matemáticas e estatísticas podem tirar retratos fidedignos de inúmeras variáveis quantificáveis da vida social, estabelecer correspondências entre esses dados e apontar fragilidades e distorções da organização social, mas essas constatações sem ação e sem entendimento ficam desprovidas de sentido. E a principal análise qualitativa que pode e deve ser agregada pelo pesquisador é o de identificar significados políticos – no sentido relacional - para essas distinções. Técnicas sofisticadas como análise fatorial ou de *clusters* podem até achar similaridades e distinções entre agrupamentos sociais diferentes, talvez até mesmo determina-los, mas esse passo não esgota o entendimento do fenômeno. É preciso, do ponto de vista metodológico, complexificar o fenômeno a partir da sua posição relativa no campo social, o que só é possível através de uma análise qualitativa desses fenômenos.

Dentro das ciências sociais interessa neste trabalho a problematização da metodologia científica para o campo específico de estudos organizacionais, entendendo as organizações como locais de ação social e os seus estudos como conversações entre os pesquisadores sociais (CLEGG e HARDY, 1999). Essa definição implica na aceitação de olhares de muitas ciências sociais sobre as organizações, como a sociologia, a psicologia, a antropologia, entre outras, o que permite entender, ainda que por uma lógica circular, os estudos organizacionais como ciência social.

Assumindo-se que a especificidade e a fragmentação são marcas do conhecimento científico, percebe-se que o campo dos estudos organizacionais

reflete de forma caleidoscópica o conhecimento de muitas ciências sociais. Sua tradição funcionalista, fundada nos princípios positivistas que marcaram as primeiras teorias administrativas, enfatizam o “consenso e a coerência” (CLEGG e HARDY, 1999, p.28), a partir de lentes que poderíamos chamar de objetivistas (BURREL e MORGAN, 1979). Por outro lado, a segunda metade do século XX foi pródiga em acolher abordagens diferentes para a organização como objeto empírico dos estudos organizacionais, enriquecendo e multifacetando as possibilidades de abordagens para esses “locais de ação social”.

Essas diferentes abordagens falam a partir de diferentes paradigmas, que definem, além de posições ideológicas, posições metodológicas que também serão diferentes entre si, acompanhando o paradigma científico em que se apóiam. Uma dessas cisões, que interessa discutir neste trabalho, é a oposição entre pesquisa qualitativa e quantitativa.

A pesquisa quantitativa faz uso de um arcabouço metodológico inspirado nitidamente na chamada ciência normal, de caráter positivista e nometético, onde a métrica, a prova emergida do teste da hipótese e da relação entre variáveis, emerge como portadora unívoca da verdade irrefutável, porque “científica”. Como uma construção pré-iluminista baseada na racionalidade, esse conceito de verdade fica provado com o positivismo de Comte, e passa a ser quase sinônimo de ciência.

Conceitos gravados na teoria de Durkheim, como *observação objetiva*, *conexões causais* e *verificação empírica* (CABRAL, 2003) dão o tom do funcionalismo que vai marcar o desenvolvimento das ciências sociais do início do século XX, apelando aos mecanismos quantitativos herdados das ciências naturais e do Positivismo de Comte.

A complexificação das ciências sociais e em especial dos estudos organizacionais, notadamente a partir da década de 1960, passam a demandar a presença mais forte de métodos quantitativos de pesquisa, inaugurando um debate em torno da maior ou menor adequabilidade de cada uma dessas abordagens para os problemas de pesquisa organizacional.

Assumindo a asserção de Clegg e Hardy (1999) de que realmente as teorias administrativas tendem a enfatizar o consenso e evitar o conflito, mais recentemente tem sido defendida uma abordagem *quali-quantitativa* para as pesquisas em administração (VIEIRA, 2004). Tal proposição ainda caminha mais na defesa dos métodos qualitativos diante do *status* ainda maior da tradição quantitativa, num esforço de entender

a abordagem qualitativa como “científica”, apesar de não fazer uso de técnicas quantitativas.

Para problematizar ainda mais essa clivagem seria necessário um estudo mais aprofundado dos diferentes argumentos de uma ou de outra forma de abordagem que, em última análise, representam paradigmas científicos diferentes apoiados, a partir de um olhar de Bourdieu, em diferentes acúmulos de capital simbólico, com evidente vantagem – quantitativa! - para a abordagem quantitativa. Mas isso implicaria em um estudo demasiado longo e complexo para este trabalho, onde interessa nesse momento perceber apenas que a abordagem qualitativa das organizações permite um entendimento mais completo da complexidade que elas revelam.

As abordagens qualitativas de pesquisa em administração divergem frontalmente em todos os eixos de comparação com as abordagens qualitativas: ontológico, epistemológico, metodológico, valorativo. (DENZIN, 2000), de forma que a busca de um consenso ou de uma visão holística da pesquisa, integrando as duas abordagens, pode estar tentando camuflar uma tentativa de elevar a pesquisa qualitativa ao “*status superior*”, equipará-las, quando na verdade, para o bem do rigor científico, é imperioso reconhecer a diferença intrínseca nos dois modos de fazer ciência.

Ainda mais importante do que o reconhecimento dessa diferença é identificar, dentro do eixo metodológico, a opção deliberada das abordagens qualitativas por métodos dialéticos, dialógicos, hermenêuticos e participativos, de forma que os achados de pesquisa consideram o ser social como sujeito ativo do campo, emergem das relações desses sujeitos entre si e com os agrupamentos com que se identificam e dos quais fazem parte.

Essa abordagem, portanto, não vai procurar que os seus resultados de pesquisa sejam necessariamente generalizáveis, nem mesmo na proposta generalização analítica (YIN, 2001), na medida em que a representação das dinâmicas sociais e das relações entre os sujeitos e entre as organizações, ou entre ambos, muda no tempo e no espaço e a revelação de determinados traços de padrões dessas relações não implica, necessariamente, na predição de comportamentos semelhantes em situações similares em outros tempos e em outros lugares.

Ao contrário, ao se assumir um olhar qualitativo sobre o campo social, um campo onde existe um jogo de linguagens e uma produção constante de coisas materiais e simbólicas (BOURDIEU, 1998), o que o conhecimento científico deve procurar desvelar é

exatamente essa linguagem, essas coisas materiais e simbólicas que se mostram presentes nas relações dentro do campo. A linguagem, os símbolos e as coisas tangíveis produzidas na organização, embora possam ser representadas por generalizações e abstrações como, por exemplo, *poder* ou *dominação*, não se confundem com estas, e também não se pode prever, *a priori*, a sua presença em outras organizações na exata configuração em que foi captada em uma pesquisa.

Antes de ser uma limitação, a não-generalização do achado de pesquisa é uma singularidade que lhe confere valor e distinção. O resultado da pesquisa, materializado em uma produção científica, também vai se distinguir de outras produções científicas no seu próprio campo, o campo das produções científicas, onde não raro se trava uma luta pela autoridade científica entre os diferentes saberes produzidos pelas diferentes disciplinas do conhecimento.

Questões epistemológicas em ciências sociais

Não menos importante do que o método através do qual se constrói conhecimento em ciências sociais e, especificamente, no campo dos estudos organizacionais, é rigorosamente importante esclarecer como acontece essa produção. Do ponto de vista histórico, as primeiras teorizações sobre a organização do trabalho podem ser encontradas nos chamados economistas clássicos: Smith, Ricardo e Marx, embora suas análises, embebidas ao longo de oitenta anos de Revolução Industrial, tenham se concentrado mais em descrever as implicações *macro* desses processos.

Os estudos em administração desenvolvidos por Taylor e Fayol é que vieram a marcar uma produção científica voltada para o ambiente *micro* das organizações industriais de onde surgiram seus estudos. Nasceram em um momento de extrema valorização dos pressupostos positivistas de ciência, essas propostas de administração se revestem de um caráter altamente utilitarista e instrumental, do ponto de vista científico, porém extremamente úteis do ponto de vista do aumento de eficiência e produtividade para as organizações industriais daquele momento histórico, econômico e social.

Ultimamente o terceiro setor e a questão da responsabilidade social das empresas têm sido incorporados ao campo de pesquisa da administração, ampliando sensivelmente o espectro de ideologias que ela pode abarcar, mas ainda não é forte o suficiente

para derrubar a hegemonia da ideologia instrumental voltada para o mercado. A disposição que a administração como ciência tem demonstrado em estender os seus conhecimentos para outros empreendimentos produtivos nucleados em torno de princípios que não somente a reprodução pura e simples do capital, pode estar significando, portanto, um reposicionamento ideológico de alguns pesquisadores, ou a entrada de novos pesquisadores nesse campo, no sentido de tentar fazer ou viabilizar o uso da racionalidade administrativa na busca da eficiência de um novo tipo de organização social.

Entretanto, do ponto de vista histórico, é ainda do aprimoramento e das críticas sobre essa forma de pensamento que é inaugurada por Taylor e Fayol, que Motta e Vasconcellos (2002) chamaram de *racionalidade administrativa*, apoiada sobre o modo de dominação racional de Weber (1944), que é construído ao longo de todo o século XX um grande arsenal de técnicas e ferramentas de gestão, e que não raro é confundido com a ciência administrativa em si. Eis porque Burrell e Morgan (1979) classificam as teorias organizacionais hegemonicamente como objetivistas.

É o próprio Weber (1976, p.26) que enxerga de forma marcante a trajetória comum da burocracia e do capitalismo, materializada nos sistemas de gestão adotados nessas organizações:

O sistema capitalista – embora não somente ele – desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da burocracia. Na verdade, sem ela a produção capitalista não poderia persistir (...). Seu desenvolvimento, sob os auspícios do capitalismo, criou a necessidade de uma administração estável, rigorosa, intensiva e incalculável. É esta necessidade que dá à burocracia um papel central em nossa sociedade como elemento fundamental de administração de massas. (...) Por um lado, o capitalismo em seu estágio atual tende a fomentar de maneira acentuada o desenvolvimento da burocracia, embora ambos tenham surgido de fatos históricos diferentes. Por outro lado, o capitalismo constitui a base econômica mais racional para a administração burocrática e lhe possibilita o desenvolvimento sob a forma mais racional porque, do ponto de vista fiscal, fornece-lhe os recursos monetários requeridos.

Mais do que essa afinidade entre o sistema burocrático de gestão e o desenvolvimento do capitalismo, Weber (1976, p.27) ainda aponta a capacidade auto-reprodutora de dominação capitalista, legitimada pelo próprio conhecimento que se desenvolve a partir das práticas de gestão burocrática:

(...) A administração burocrática significa, fundamentalmente, o exercício da dominação baseado no saber. Esse é o traço que a torna especificamente racional. Consiste, de um lado, em conhecimento

técnico que, por si só, é suficiente para garantir uma posição de extraordinário poder para a burocracia. Por outro lado, deve-se considerar que as organizações burocráticas, ou os detentores do poder que dela se servem, tendem a tornar-se mais poderosos ainda pelo conhecimento proveniente da prática que adquirem no serviço.

A construção de ferramentas de gestão a partir de contingências organizacionais reveste-se assim de um caráter tal que, ainda que tente ocultar sua nuance política, recorrendo a uma superioridade simbólica auto-conferida pelo cientista (BOURDIEU, 1998), está colocado como um conhecimento a serviço de um conjunto de sujeitos sociais, no caso as organizações e seus proprietários.

Essa identificação, deliberada ou ingenuamente assumida pela ciência administrativa, tem lhe rendido muitas críticas de outras ciências sociais, desde os primeiros escritos da chamada Escola de Frankfurt até os estudos que se poderiam chamar de neo marxistas inaugurados por Braverman (1980) e que formam um grande eixo da sociologia do trabalho.

Portanto, é necessária uma vigilância epistemológica (BACHELARD, 1996) constante sobre a produção de conhecimento no campo social e em especial no campo da administração ou gestão das organizações. É preciso que o(a) pesquisador(a) tenha presente que esse é um campo conflituoso e marcado por contradições e que o seu trabalho vai estar sempre falando das relações de poder simbólico que permeiam as relações entre os atores sociais, inclusive ele(a).

O estar no campo da pesquisa social significa estar sendo ao mesmo tempo um ator que, é verdade, busca objetivar a sua atuação, porém está sujeito a ter o seu olhar marcado pela posição relativa que ele(a) também ocupa nesse campo. Daí a necessidade de também se pensar a metodologia de pesquisa, desenvolvida na seção anterior, dentro de parâmetros que contemplem a ausência de uma neutralidade que a pesquisa social não pode reivindicar.

Onde fica então o rigor científico da pesquisa social? Estima-se que a presença de rigor é que valida e reputa a investigação como científica ou não, de modo que o rigor na pesquisa social parece estar *deslocado* da situação ideal de neutralidade de quem opera a pesquisa em relação ao seu objeto, já que ambos são semelhantes. A produção do conhecimento, desde a escolha de um objeto de estudo, passa por um posicionamento substantivo do(a) pesquisador(a) (COSTA, 2003), o que precisa ser visto não como um demérito, mas essencialmente como uma característica intrínseca da pesquisa social que

também lhe confere uma qualidade genuína.

A ação social que acontece nas organizações, ou seja, as relações ali presentes, é que deve ser focada como objeto de estudo. O rigor científico da pesquisa e da investigação social nas organizações repousa sobre o olhar atento do(a) pesquisador(a), e a criação de conhecimento nesse campo acontece quando os pressupostos dessa ação dos indivíduos e das organizações, em relação com outros indivíduos e organizações, são revelados.

A revelação dos pressupostos da ação social implica em um achado científico substantivo, diferente das ferramentas de gestão desenvolvidas para conferir eficiência econômico-social a essas ações. Embora essas ferramentas sejam úteis para garantir estabilidade à organização, elas não podem ser reputadas como princípios científicos, mesmo que a sua utilidade seja testada em moldes positivistas. Ainda que essas ferramentas sejam mais “generalizáveis” do que os pressupostos de uma ação, mantendo uma linha de raciocínio objetivista, elas não superam o limite epistemológico de demarcação entre o um conhecimento substantivo e um outro utilitário.

Como ciência social aplicada, entretanto, é evidente que administração tem a capacidade e até mesmo a obrigação de construir e aplicar ferramentas de gestão adequadas para o equilíbrio das organizações, mas o argumento que este trabalho procura sustentar é exatamente que esse equilíbrio buscado não é isento de valores. Antes, é um equilíbrio baseado numa forma de regulação social arbitrária, decorrente de um jogo de pressões e lutas entre atores sociais que dispõem de diferentes acúmulos de capital econômico e simbólico (BOURDIEU, 1996, 1998) e que, portanto, interessa primeiramente para a ciência discutir esse ponto de equilíbrio, as relações e negociações que precedem o seu estabelecimento e as implicações dessa definição. A discussão e o entendimento de como alcançar esse ponto de equilíbrio é subsidiário à sua definição anterior, portanto não pode precedê-la nem presidi-la.

Entendendo o meio acadêmico como o espaço social onde, ainda que não exclusivamente, preponderantemente acontece a criação de conhecimento, e onde, por meio de atividades de ensino e extensão, esse conhecimento deve ser devolvido para a sociedade na forma de um entendimento mais completo do seu próprio funcionamento e dos valores que fundam e determinam esse funcionamento, é essencial que essas reflexões sejam incessante e permanentemente debatidas não só internamente

à academia, mas principalmente em relação com os demais atores sociais.

Portanto, criar e divulgar conhecimento, entendido aqui como uma forma de capital simbólico altamente valorizado, configura uma forma de afetar diretamente a própria relação entre os atores detentores ou não desse capital dentro do campo social, portanto a ação de pesquisa desequilibra e desestabiliza o seu próprio objeto ao falar dele, reposicionando automaticamente os atores que venham a ter ou não acesso a esse conhecimento.

Conclusões

Este breve trabalho não tem a pretensão de formar um modelo de criação de conhecimento em ciências sociais, nem em estudos organizacionais, nem em administração. Também não aspira a ser um guia de sobrevivência do(a) pesquisador(a), indicando mecanicamente quais os caminhos que a pesquisa deve seguir, sem querer ensinar o “como fazer” científico nesse campo.

A idéia destas rápidas reflexões é exatamente colocá-las para discussão no meio acadêmico, problematizando minimamente a criação de conhecimento com três perguntas básicas: o que é esse conhecimento? Como e onde ele é construído? Para que ou para quem ele serve ou deve servir?

Fazendo-se tais indagações, mantendo sempre uma postura crítica e autoconsciente da sua relevância no próprio ambiente pesquisado, é possível que o conhecimento científico produzido no campo das ciências sociais não esteja nem revestido de uma neutralidade angelical estéril nem de uma inflamação ideológica extrema. As duas abordagens pecam por motivos diferentes: uma por ignorar o conteúdo valorativo das suas práticas propostas, a outra por deixar-se cegar por ele.

Mas um primeiro ponto realmente importante a ser trazido para a luz ao se fazer pesquisa no campo social é se ter a percepção da permeabilidade que o(a) pesquisador(a) tem ao meio e vice-versa, entendendo isso como uma peculiaridade dessa ciência, como uma particularidade que a distingue e lhe caracteriza como ciência.

Uma segunda lembrança relevante é que o meio científico se reveste de toda uma metodologia própria que lhe garante um espaço e uma simbologia próprios dentro da sociedade, e que essas singularidades se refletem nos seus pressupostos metodológicos e epistemológicos. Ao mesmo tempo em que essa formalidade lhe caracteriza propriamente como ciência,

é preciso ter presente a necessidade de interação com o meio ao qual pertence, portanto essa distinção também não deve impedir ou limitar a devolução da sua produção para a sociedade, interação sem a qual a ciência simplesmente não faz sentido.

Se o conhecimento das ciências sociais emerge da própria sociedade, parece natural que essa ciência saiba, usando as palavras do Frei Guilherme, “*conduzir à clareza conceitual a verdade implícita presente nos gestos dos simples*”. Por outro lado, é de se esperar que os doutores de hoje não sejam aprisionados por um etnocentrismo tão exacerbado quanto o dos clérigos da Idade Média.

Referências bibliográficas

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**. Ars Poética, São Paulo, 1996.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, Papius, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BURREL, Gibson e MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London, Heinemann, 1979.

CABRAL, Augusto Cezar de Aquino. A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. In ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 27, 2003a, Atibaia, SP. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2003b, 15 p.

CHALMERS, Alan. **O que é ciência, afinal?** São Paulo, Brasiliense, 1993.

CLEGG, Stewart e HARDY, Cynthia. Organização e estudos organizacionais. In: In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R.. **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo, Atlas, 1999, v.1.

COSTA, Pedro de Almeida. Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais: estudo de caso do município de Cachoeirinha. Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Dissertação de Mestrado. (2003)

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência.** São Paulo, Atlas, 1987, 2a ed.

_____. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo, Atlas, 1995, 3a ed.

_____. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo, Atlas, 2000.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo, Perspectiva, 1977 (Estudos:85)

_____. **O nome da rosa.** Rio de Janeiro, O Globo; São Paulo, Folha de São Paulo, 2003.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Epistemologia e metodologia da sociologia.** Campinas, 1977 (A Nova Sociologia, v.1).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo, Atlas, 1999.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo, Perspectiva, 2001, 6ª. ed (Debates:115).

MARSDEN, Richard e TOWNLEY, Barbara. A coruja de minerva : reflexões sobre a teoria na prática. In : CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R.. **Handbook de estudos organizacionais:** reflexões e novas direções. São Paulo, Atlas, 2001, v.2, p. 31-56.

MISOCZKY, Maria Ceci. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. In: **Revista de Administração Contemporânea.** Ed. Especial, 2003:09-30.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes, VASCONCELOS, Isabella Gouveia. **Introdução à teoria geral da administração.** São Paulo, Pioneira Thomson, 2002,

2ª. ed.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1989, 2ª ed.

REED, Michael. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R.. **Handbook de estudos organizacionais:** modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo, Atlas, 1999, v.1.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** O social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Cortez, 2001, 8a ed.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo, Edusp, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo, Cortez/editores associados, 1986 (coleção temas básicos).

_____. **Pesquisa-ação nas organizações.** São Paulo, Atlas, 1997.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Administração, poder e ideologia.** São Paulo, Moraes, 1980.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

YIN, Robert . **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre, Bookman, 2ª ed, 2001.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão e ZOUAIN, Déborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração.** Rio de Janeiro, editora FGV, 2004, p.13-28.

WEBER, Max. **Economia y sociedad.** Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1944.

_____. Os fundamentos da organização burocrática : uma construção do tipo ideal. In : CAMPOS, Edmundo (org). **Sociologia da burocracia.** Rio de Janeiro, Zahar, 1976, 3ª. ed.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo, Thomson Learning, 2001.